<u>Os partidos políticos e a floresta</u>

A análise dos programas eleitorais tem o interesse de permitir perscrutar a predisposição de actuação prática das forças políticas relativamente às questões florestais. Feito o exercício para as eleições de 2009 e de 2015, verificam-se evoluções cujo sentido provavelmente tem algum significado.

Em primeiro lugar sublinhe-se que os programas não correspondem exactamente a essas predisposições, como decorre da confrontação entre o seu conteúdo e o que se lhes tem ouvido. É provável que traduza melhor o que em cada uma das forças partidárias existe de apoio à elaboração dos programas, variando entre as 4 linhas do PEV e menos de 12 do PCP e do BE, e as 2 páginas do PS, da coligação PAF (PSD/CDS) e do Livre/Tempo de Avançar- Livre/TdA ; 1 linha é o que dedicam a matéria florestal tanto o PDR, como o MPT e o PNR; os programas dos demais partidos concorrentes são omissos.

É claro que a dimensão pode significar pouco, dependendo, desde logo, do modelo escolhido para o programa. Mas analisando o conteúdo constata-se uma pobreza muito assinalável nos mais pequenos programas (PEV, PCP, BE). E sobretudo um afunilamento em poucas questões: o PEV em 2; o PCP e o BE em 9 e 8 respectivamente; o Livre/TdA em 19, o PS, em 23 e a PAF em 27. Parecidos com o PEV estão o PDR e o MPT(aliás PEV e MPT abordando ambos a mesma questão) e o PNR, cada qual dos três versando apenas um assunto; os outros 8 partidos concorrentes não abordam o tema das florestas, o que não deve ser de estranhar porque são mais dirigidos a temáticas específicas.

Em 2009 também existia tal desequilíbrio: a CDU (PCP/PEV) a apresentar o mais pequeno programa, apenas nomeando 5 temas; menos do que isso, só o PSD, que não apresentou nada; o CDS-PP a apontar também 6 temas, mas com maior profundidade, tal como o BE que se preocupava com 7; e destacando-se o PS que propunha sobre 11 temas, aliás com manifesta novidade no que se referia à fileira do mobiliário de madeira.

Algumas forças políticas apresentam uma ideia, uma **concepção para a Floresta**. É o caso da PAF e do Livre/TdA, que lhe reconhecem o valor económico e ambiental, com um importante papel no emprego; e do PS que, além do valor económico lhe atribui grande importância para a coesão territorial e a substituição de importações, reservando-lhe um papel para a estratégia de desenvolvimento económico. As outras forças vão directamente às medidas que propõem.

Relativamente à questão dos **incêndios**, tanto a PAF, como o BE e o PCP advogam prioridade à Prevenção; o PS não explicita, mas tal está subjacente. Os Sapadores Florestais são objecto de referência explícita do BE, PS e PAF. E a necessidade de promover a sensibilização pública relativamente aos riscos de incêndio é expressa pelo Livre/TdA (que é a única candidatura que se refere aos públicos-alvo), pelo BE e pela PAF. Só o Livre/TdA se pronuncia sobre os Bombeiros, advogando a necessidade de pensar a sua distribuição no território e a profissionalização em maior escala. Também a necessidade de tirar maior partido da Investigação Criminal só é referida pelo Livre/TdA, tal como acontece com a necessidade de apostar na redução de ignições e da recuperação de ecossistemas. O PS é a única força que se refere ao Fogo Controlado.

Quanto à necessidade de incentivar o **Investimento**, só o BE e o PEV são omissos, sendo que a PAF se respalda no PDR 2020.

No que se refere à necessidade de uma **Política Fiscal** adequada às actividades florestais, embora quase todas a defendam expressamente, a PAF é a única força que avança medidas concretas, além de prosseguir com a reforma fiscal "já iniciada": criação de uma conta gestão-poupança para o investimento florestal e estatuto fiscal e financeiro.

Os **baldios** são objecto de atenção de todas as forças, excepto o PEV. Mas só o Livre/TdA e o BE reconhecem expressamente a sua importância para o desenvolvimento. E surgem três posições diferentes de três forças políticas: o Livre/TdA preconiza a revisão da alteração da lei dos baldios feita pela maioria governamental PSD/CDS-PP, para repôr o conceito legal de "compartes"; a PAF propõe-se incentivar a transferência da administração dos baldios para os compartes; o PS defende a criação de "novos modelos flexíveis" de gestão.

Na sequência refira-se que a PAF defende que o **Estado**, retirando-se da administração dos baldios, se reserve para as funções de regulamentação e fiscalização. Por seu turno, o PS advoga que as **Matas Nacionais** se transformem em áreas de referência de gestão.

Sobre a **Investigação**, apenas a PAF e o PS se lhe referem. Aquela pormenoriza que a investigação aplicada deve ser "acertada" por todo o sector e propõe-se cuidar da transferência dos conhecimentos para os produtores e a divulgação pela população escolar e consumidores.

Só o PCP, o PS e a PAF se pronunciam sobre as questões da **redistribuição dos rendimentos** ao longo da cadeia produtiva, sendo que a última se ocupa mesmo do apoio às Organizações Comerciais de Produtores, e o PS advoga a criação de novas áreas de negócio. A questão fulcral da **remuneração dos proprietários**, não só é referida implicitamente pelo PCP e pela PAF, como explicitamente pelo PS e pelo Livre/TdA.

A **Certificação** só é referida pela PAF e o PS.

A questão do **organismo de tutela** das Florestas é referida pelo Livre/TdA e pelo PEV.

O problema do **Cadastro** só não é explicitado pelo Livre/TdA e pelo PEV, sendo que o PS advoga a sua elaboração progressiva.

A necessária estruturação fundiária é abordada pela PAF em sede de Bolsa de Terras e pelo BE em termos de Banco de Terras (criticando implicitamente a actual Bolsa de Terras); e de zonas de intervenção florestal - ZIF pelo BE, Livre/TdA e PS.

A problemática da **eucaliptização** desregrada é abordada pelo BE, PCP, PEV e Livre/TdA, com os dois primeiros a defenderem a revogação da lei chamada de "liberalização da eucaliptização", e o último a sua revisão. É curioso que este é o tema único sobre que se pronunciam o PDR e o MPT. Por seu turno, a preocupação com as espécies autóctones é expressa pelo Livre/TdA e pelo PCP.

Medidas de incentivo à **gestão** activa ou profissional ou interprofissional são advogadas pela PAF, Livre/TdA e PS.

A **participação** dos agentes e da sociedade civil na elaboração das políticas só pelo

Livre/TdA é objecto de referência explícita. E também só esta força se refere expressamente à necessidade de replicar experiências anteriores que tiveram sucesso no terreno, como as ZIF e os Sapadores Florestais.

O que se pode dizer desde logo é que as abordagens partidárias às questões florestais evoluíram positivamente desde 2009. Não só as temáticas se diversificaram, como a riqueza das propostas é maior: tem havido um aprofundamento político real da problemática florestal. Mas esse movimento também não é homogéneo no conjunto das forças políticas, notando-se uma paragem do PCP/PEV em torno dos baldios, da pequena propriedade e dos fogos (sem propostas) e um certo recuo do BE, mantendo este o seu interesse no cadastro (é praticamente o único tema que mantém, de entre os seis que abordou seis anos antes). E curiosamente o PCP não referiu antes, nem agora, o seu interesse – que se sabe real - pelas ZIF, de que, aliás, foi o partido proponente no longínquo ano de 1980.

O PS continua a ser a única força que aborda, tal como seis anos antes, a importante fileira do mobiliário de madeira.

Surgiu de novo a candidatura Livre/Tempo de Avançar com uma abordagem aprofundada e associando as preocupações ambientais às propostas nos planos social e económico e da coesão territorial.

As centrais de biomassa perderam o protagonismo que em 2009 mereceram do BE e do PS (em 2015 apenas são referidas, e como único tema, pelo PNR).

Independentemente da sua expressão programática, as abordagens têm uma considerável área de consenso: cadastro, banco ou bolsa de terras, ZIF, sanidade, prevenção de incêndios, sapadores florestais, gestão profissional activa, objectivos de política fiscal, importância económica, social, ambiental e territorial, uso múltiplo.

No fundo, registam-se diferenças porventura significativas nas seguintes questões:

- Banco ou Bolsa de Terras
- Eucaliptização
- Bombeiros
- Baldios: conceito de “compartes”, preferência por diferentes tipos de administração
- Papel do Estado
- Participação dos agentes e sociedade civil.

Interessa questionar as razões porque, havendo um consenso considerável sobre os mais importantes problemas relativos à floresta, a política florestal evolui tão pouco.
A questão pode estar mais na posição que os partidos tomam quando chegam ao poder, do que nas propostas que fazem aos eleitores: vejamos um exemplo.

Em 2012 os promotores do Manifesto pela Floresta contra a Crise reuniram-se com o Ministro da Administração Interna (como deram conta pública[1]) tendo Miguel Macedo manifestado a sua convicção de que “é pela Prevenção que podem ser diminuídas as despesas do MAI relativamente à defesa da floresta contra incêndios”. Pois apesar disso o que realmente fez em 2013 foi reforçar em três milhões de euros as verbas dedicadas

1 https://www.facebook.com/profile.php?id=173581722717892&ref=ts&fref=ts

ao Combate! Aliás as verbas do MAI dedicadas aos incêndios florestais sob a tutela daquele ministro cresceram de 67 milhões de euros em 2011, para 75 milhões no ano seguinte e 87 milhões em 2013, ou seja 30% em 3 anos. E se assim é, qual o papel dos partidos, qual o papel dos *lobbies*?

Poder-se-á pensar que os *lobbies* assumem uma influência mais determinante nas políticas públicas, do que os partidos políticos nos quais os portugueses votam? Se assim for (e mesmo que não seja) talvez os partidos precisem de trabalhar mais o seu pensamento próprio sobre o sector florestal e as políticas que propõem.

Na verdade, o que se sabe do interior dos partidos não leva a crer que aprofundem o debate interno sobre as florestas e o sector florestal. Não foi sempre assim: nos primeiros anos da nossa democracia, tanto o PSD, como o PS, como o PCP tiveram uma dinâmica mais rica, com destaque do PCP. Isso pode avaliar-se, por exemplo, pelo número de projectos de lei que então foram levados à Assembleia da República, mas também pelo conteúdo dos debates parlamentares, por iniciativa quer do PS, quer do PCP.

Nessa época, no PCP funcionou um "grupo unitário de técnicos florestais" que reuniu mais de uma vintena de pessoas - umas, militantes do PCP, outras companheiras de caminhada. E foi com a sua envolvência que o PCP apresentou vários projectos de lei, nomeadamente sobre comercialização de madeiras (criação do Sistema Nacional de Estaleiros de Recepção e Triagem de Material Lenhoso, SNERT) e defesa da floresta contra incêndios (criação das Zonas de Intervenção Florestal, ZIF).

Programas eleitorais 2015
Arrumação

Candidatura	BE	Livre/TdA	PAF	PS	PCP	PEV
Pontos programáticos						
Cadastro rural até 2020	√		√		√	
Progressiva elaboração				√		
Banco de terras	√					
Bolsa de terras			√			
ZIF	√	√		√		
Ec						√
subjugar consev. nat à ec						√
Revogação lei "**liberaliz. Eucaliptiz.**"	√				√	√
Rever reg jur acções arb e rearb		√				
Sanidade			√	√	√	
Incêndios						
seguro						
Prevenção		√	√		√	
Financiamento **Prevenção** superior ao ataque	√					
Redes primárias e faixas gestão até 2019as localizadas áreas públ. Ou sob			√			
sensibiliz	√		√			
Sensibiliz **públicos-alvo**		√				
Bombeiros formação e **distribuição**		√				
Bombeiros –**profissionalização**		√				
Tirar partido **Investig. Criminal**						
Fl. constituida maioritaria/ autóct. Q pode incluir ex.como Ec devida/		√				
Variedade de **serviços** e **economia** elevado valor acresc. E geradora		√				
recuperação ecossist.		√				
aumento resiliência aos incêndios		√				
redução ignições		√				
sapadores	√		√	√		
replicar experiências anteriores c/ sucesso: ZIF, Sapadores		√				
gestão activa		√				
Remuneração proprietºs q invistam		√				
Progr Nac Fogo Controlado				√		
Investimento			√	√	√	
aumentar inv. Produtivo, PDR			√			
apoiar criação ZIF 100 mil há/ano e outras formas gestão conjunta			√			
gestão profissional			√			
fiscalidade					√	
Reforma **fiscal** já iniciada			√			
Política fiscal combate abandono e estímulo invest.		√				
Conta gestão – poupança p/ inv.			√			
Estatuto fiscal e financeiro			√			
Baldios						
Baldios – impacto no desenvolvimento	√	√				
revisão lei baldios repor conceito compartes		√				
apoiar transferência administração p/ compartes			√			
flexibilidade				√		
Estado: regulação e fiscalização			√			
MN: áreas de referência				√		
investigação						
investigação aplicada				√		
Investigação aplicada acertada por todo o sector			√			
Transferência conhecimentos p/ produtores			√			
Divulgar pop. Escolar e consumidores			√			
PARF p/ garantir distribuição equitativa do valor ao longo da cadeia			√			
Organiz. Comerciais de Produtores Fl.			√			
Justa redistribuição					√	
Riqueza enorme			√			
Valor económico			√	√		
emprego			√			
ambientais e serviços ecossistemas			√			
aumentar produção, reduzir importações			√			
Discriminação zonas desfavorecidas				√		
substituição import				√		
coesão territorial				√		
Ordenamento				√		
produtividade				√		
certificação			√	√		
uso múltiplo				√	√	
participação agentes e soc civil		√				
gestão interprofiss.				√		
apoio OPF				√		
outros modelos de expoloração				√		
alavanca p/ estratégia desenv econ				√		
aumentar rentabilidade proprietários fl				√		
novas áreas de negócio				√		
preservar diversidade esp autóctones					√	
agilização institucional		√				

Prosseguindo numa análise mais detalhada sobre a actividade partidária interessa ver a actividade parlamentar, onde se pode aquilatar das iniciativas legislativas e da posição dos partidos relativamente às mesmas.

Assinale-se que tratarei agora apenas das iniciativas legislativas com origem no próprio Parlamento que não versaram sobre Baldios, sendo que as que diziam respeito a este último tema, abordei no capítulo sobre Baldios. Esta separação justifica-se pelo facto de os projectos de lei sobre Baldios se debruçarem essencialmente sobre aspectos da sua posse e gestão, e não sobre aspectos florestais. Sobre Baldios foram propostos 21 projectos.

Em 39 anos de vida da Assembleia da República entre 1976 e 2015 foram apresentados projectos de lei que versaram exactamente uma dúzia de matérias: incêndios florestais e matérias correlativas (prevenção, defesa da floresta, ZIF, rearborização de áreas percorridas por incêndios); arrendamento florestal; comercialização de madeiras; condicionamento dos eucaliptos; protecção dos carvalhos; transações fundiárias; desenvolvimento florestal e sistema da sua promoção e matérias correlativas (Fundo de Reconversão e Unidades de Gestão); fomento de espécies de lento e médio crescimento; interprofissionalismo; património florestal público (o único projecto de lei do Bloco de Esquerda); criação de um museu florestal (o único projecto de lei do CDS-PP); revogação do Código Florestal.

Porém é muito diversa a capacidade de iniciativa dos diferentes partidos.

Primeiro destaca-se que o interesse parlamentar pelos temas florestais conheceu uma grande irregularidade: com uma média de 0,7 iniciativas novas[2] por ano, variando entre zero em 1991-95 e em 1999-2002 e um máximo de 2 por ano (em 1983-85). Neste período de 1983-85, que corresponde à III Legislatura, foram apresentados 4 projectos de lei – número só superado na V Legislatura, entre 1987 e 1991 quando foram apresentados 5 projectos de lei.

Mas também o interesse dos partidos é muito diverso. Enquanto o Partido Socialista e o Partido Comunista Português apresentaram respectivamente 8 e 7 projectos de lei sobre matérias novas, o PSD apresentou 4; o CDS-PP, o Partido Ecologista Os Verdes e o Partido Popular Monárquico apresentaram 2 cada um; o Bloco de Esquerda e o PRD – Partido Renovador Democrático apresentaram 1 projecto de lei cada um. Porém, dos 4 projectos de lei propostos pelo PSD, 2 foram em reaclção a outros tantos propostos pelo PCP sobre comercialização de madeiras e desenvolvimento florestal; e dos 2 apresentados pelo PEV, 1 foi em discordância com o PCP sobre eucaliptos.

Além disso, creio ser muito interessante o posicionamento dos diferentes partidos na votação dos poucos projectos de lei que chegaram a votação final. Dos 19 projectos de lei, 13 foram rejeitados e 6 aprovados. Assim dito, não parece poder afirmar-se que o Parlamento tem tido uma actividade legislativa interessante em matérias de interesse florestal: não só as matérias sobre que foram apresentadas iniciativas legislativas foram relativamente poucas (12), como as rejeições foram mais do que o dobro das aprovações. Porém, dos 13

2 Ao referirmos matérias novas devemos esclarecer que são excluídos os projectos de lei que correspondem a outros já apresentados em anteriores legislaturas e que caducaram.

projectos de lei rejeitados, 10 foram-no determinados pela posição maioritária do PSD; enquanto dos 6 que foram aprovados, 4 foram-no pela posição maioritária do PS.

Com a objectividade que os números permitem, resulta que a actividade parlamentar em matérias florestais tem sido determinada pela supremacia incontestada do PS e do PCP (que propuseram 15 dos 27 projectos de lei propostos); e que o PSD aparece como uma espécie de “força de bloqueio”, que não só tem uma muitíssimo diminuta iniciativa (2 projectos autónomos), como surge na origem da rejeição da esmagadora maioria dos projectos de lei chegados a votação final (10 em 13).